

## MUNICÍPIO DE CAÇAPAVA PROCURADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO PROCURADORIA ADMINISTRATIVA - ATL

OFÍCIO Nº 436/2025/ATL/PGM

Caçapava, 11 de novembro de 2025.

Exmo. Sr. Vereador Rodrigo Meireles Cursino Presidente da Câmara Municipal de Caçapava

Assunto: Encaminha Projeto de Lei

Senhor Presidente,



Pelo presente, encaminho o incluso Projeto de Lei que dispõe sobre a desafetação e autorização para alienação de imóveis pertencentes ao Município de Caçapava e dá outras providências, para que seja levado a apreciação e aprovação por Vossa Excelência e seus Dignos Pares.

O presente Projeto de Lei tem por objetivo promover a desafetação e autorizar a alienação de determinados bens imóveis pertencentes ao Município de Caçapava, atualmente afetados como áreas institucionais. A medida visa atender ao princípio da função social da propriedade e, ao mesmo tempo, fomentar o desenvolvimento econômico e social do município.

Importante salientar que o Projeto de Lei foi elaborado com base nas deliberações e contribuições colhidas em audiência pública, realizada com ampla participação dos cidadãos caçapavenses e em diálogo com os membros do Poder Legislativo Municipal, de modo a assegurar a construção de uma proposta coerente com as necessidades reais da população e alinhada ao interesse público primário. A iniciativa reflete o compromisso desta Administração com a gestão participativa, transparente e democrática, garantindo que cada etapa do processo de formulação do projeto observasse os princípios da publicidade, eficiência e legalidade administrativa.

Rua Capitão Carlos de Moura, 243, Vila Pantaleão, Caçapava - SP CEP: 12.280-050 / Tel. (12) 3654-6656 - atl2@cacapava.sp.gov.br



## MUNICÍPIO DE CAÇAPAVA PROCURADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO PROCURADORIA ADMINISTRATIVA - ATL

Os recursos obtidos com o leilão dos imóveis serão integralmente aplicados em investimentos estruturais, compreendendo obras de infraestrutura urbana, reformas e adequações de próprios públicos, bem como aquisição de novos imóveis de interesse público, conforme estabelecido no Anexo integrante da Lei, respeitando-se a ordem de execução ali disposta e o resultado orçamentário efetivo da arrecadação obtida com as alienações.

A proposta está alinhada aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030 da ONU, especialmente aos ODS 8, 9 e 11, promovendo o crescimento econômico sustentável, a inovação e a infraestrutura resiliente, além do desenvolvimento urbano inclusivo e ambientalmente responsável.

Diante do exposto, espero ser o incluso Projeto de Lei apreciado, votado e aprovado, em regime de urgência, por essa E. Casa de Leis.

Respeitosamente

Dr. YAN LOPES DE AL MEIDA Rrefeito Municipal